

## CORREIO FLUMINENSE

POR DÉBORAH GAMA

Divulgação



Prazo para inscrições termina em 14 de junho

## Faetec abre 3,7 mil vagas para cursos técnicos e superiores

O Governo do Estado do Rio de Janeiro abriu inscrições, nesta sexta-feira (22), para o processo seletivo da Faetec. Ao todo, são oferecidas 3.749 vagas gratuitas distribuídas entre cursos técnicos, graduação tecnológica, especializações e Educação de Jovens e Adultos (EJA). As oportunidades visam ampliar a qualificação profissional em várias regiões fluminenses. O prazo para se candidatar termina no dia 14 de junho, e o procedimento deve ser feito apenas pela internet. A maior parte das vagas foca no ensino técnico, com 3.016 chances para quem concluiu ou cursa a partir do segundo ano do Ensino Médio. A seleção para esse grupo ocorrerá por meio de sorteio público no dia 4 de julho.

## Cursos superiores e taxas da seleção

A Faetec também disponibilizou 538 vagas para o ensino superior em seus institutos e faculdades tecnológicas, com prova objetiva marcada para 5 de julho. Há ainda 70 vagas de especialização em saúde e 65 para as áreas de teatro e música. A taxa de inscrição é de R\$ 20 para os cursos técnicos gerais e de R\$ 58 para o vestibular, especializações e submissões com testes de habilidades específicas. O edital completo pode ser acessado no portal oficial da UFF.

Octacílio Barbosa/Alerj



Alerj restabelece quórum de 70 deputados estaduais

## Alerj convoca Wellington José

A Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) convocou Wellington José (União) para assumir o mandato de deputado estadual. O edital de convocação foi publicado no Diário Oficial do Poder Legislativo. O novo parlamentar assume a cadeira em substituição ao deputado Thiago Rangel (Avante), que foi afastado do cargo por determinação judicial. Wellington é o primeiro suplente do Podemos, legenda pela qual ambos concorreram no pleito de 2022. Com a posse do suplente, o Parlamento fluminense restabelece o seu quórum máximo de 70 deputados.

## Suplente assume após decisão do STF

O afastamento de Thiago Rangel ocorreu em decorrência de uma medida cautelar que foi referendada pela Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF). Diante disso, a Mesa Diretora da Alerj deliberou pelo desligamento do parlamentar e destituição de seu gabinete. O deputado convocado, Wellington José, é natural de Ricardo de Albuquerque, na Zona Norte do Rio.

## Terreno da Refit

O governador do Rio, Ricardo Couto, quer desapropriar o terreno da Refit, a antiga Refinaria de Manguinhos. A empresa, interdita pela ANP, acumula dívidas bilionárias e é investigada pela PF por sonegação e lavagem de dinheiro para o PCC. A área foi oferecida à Petrobras, que estuda ampliar sua capacidade de refino.

## Parlamento juvenil

A 17ª edição do Parlamento Juvenil da Alerj começa nesta segunda (25) com foco na educação, tema de um terço dos 86 projetos apresentados. Estudantes de vários municípios do Rio propõem ações como educação financeira, esportes e o aplicativo "Trajetta" para orientação profissional de alunos da rede estadual.

## Acervo histórico

O Arquivo Público do Estado do Rio iniciou a retirada de documentos históricos do antigo prédio do IML, desativado desde 2009. Foram recolhidos 196 livros com registros de corpos entre 1960 e 1990. A ação integra um trabalho com o MPF e a Polícia Civil para preservar acervos que estão em processo de tombamento pelo Iphan.

## Novo Ciep

A Prefeitura de Niterói entregou as obras de reforma e ampliação do Ciep Anísio Teixeira, no Fonseca. Com investimento de R\$ 8,6 milhões, o Espaço Nova Geração ganhou melhorias na quadra, refeitório, além de novas pistas de caminhada e energia solar. O local atende mais de mil alunos com oficinas gratuitas no contraturno.

## Serviços digitais

A Prefeitura de São Gonçalo atingiu a marca de 36 mil solicitações atendidas no Portal Colabore+, plataforma que reúne mais de 100 serviços municipais digitalizados. O sistema utiliza o login GOV.BR e gerencia desde agendamentos do Minha Casa Minha Vida até 40 opções de zeladoria urbana, como manutenção de iluminação pública.

## Complexo turístico

Após 18 anos de entaves, o complexo turístico Maraey deu início às suas obras de infraestrutura em Maricá. O megaprojeto prevê um aporte total de R\$ 11 bilhões, sendo R\$ 4,5 bilhões na primeira fase. O espaço contará com três hotéis de luxo da rede Marriott, hospital, escola e uma universidade internacional de hotelaria.



Medida foi determinada pela Prefeitura do Rio

## Estado aciona Justiça contra mudanças no Jaé no Rio

## Procon e Sedcon contestam fim do pagamento em dinheiro

Da Redação

A Secretaria de Estado de Defesa do Consumidor do Rio de Janeiro (SEDCON) e o PROCON-RJ ajuizaram uma ação civil pública, com pedido de tutela de urgência, contra a CBD Bilhete Digital S.A. e o Município do Rio de Janeiro. A medida judicial visa impedir prejuízos imediatos aos passageiros diante das alterações anunciadas no sistema de pagamento dos ônibus municipais da capital fluminense.

A ação foi motivada após a divulgação de que, a partir do dia 30 de maio, os ônibus deixarão de aceitar dinheiro em espécie como forma de pagamento da tarifa. Além disso, as regras preveem que as integrações tarifárias do Bilhete Único Carioca (BUC) e do Bilhete Único Margaridas (BUM) passem a funcionar exclusivamente por meio do chamado "cartão preto" do sistema Jaé ou via leitura de QR Code gerado por aplicativo de celular.

## Mudanças abruptas

Segundo a Secretaria e a Autarquia, a transição ocorreu de forma abrupta, sem uma ampla campanha de conscientização prévia e sem que houvesse uma estrutura de atendimento adequada para suprir a demanda de toda a população usuária do transporte público carioca.

Os órgãos de defesa ressaltam que a medida causa impacto direto na vida de milhares de consumidores, principalmente idosos, pessoas sem acesso à internet, cidadãos

desbancarizados, trabalhadores informais, turistas, adolescentes e consumidores em situação de vulnerabilidade social que dependem do papel-moeda.

Diante do cenário, as entidades identificaram um aumento expressivo na procura pelos postos de atendimento físicos do Jaé, com registros de longas filas e dificuldades para a obtenção dos novos cartões, o que gerou transtornos no funcionamento do sistema.

"O papel da Secretaria de Estado de Defesa do Consumidor e do PROCON-RJ é garantir que nenhuma mudança em um serviço essencial retire direitos da população. Não podemos admitir que consumidores sejam impedidos de acessar o transporte público por falta de acesso à tecnologia ou por ausência de planejamento adequado. O transporte coletivo precisa ser acessível, inclusivo e universal", destacou Rogério Pimenta, secretário de Estado de Defesa do Consumidor.

Na ação jurídica, a SEDCON e o PROCON-RJ pedem que a Justiça determine a manutenção obrigatória do pagamento em dinheiro nos ônibus municipais e a suspensão da exclusividade do Jaé para as integrações tarifárias.

Exige-se também a criação de um plano de contingência com campanhas informativas e um prazo mínimo de 30 dias de adaptação após a devida comunicação. O descumprimento das medidas poderá acarretar uma multa diária estipulada em R\$ 100 mil.

Divulgação